

***Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand
MASP

Relatório da Administração
2015

Relatório da Administração

No ano de 2015, o MASP deu continuidade a seu importante e amplo esforço de renovação institucional iniciado no segundo semestre de 2014.

Com seu novo estatuto, elaborado com base nas melhores práticas de importantes instituições internacionais, instituiu novo modelo de governança e permitiu a atualização do modelo de gestão e, depois de superado o momento difícil que caracterizou o ano de 2014, deu importantes passos para restabelecer uma situação de pleno equilíbrio financeiro.

Ao longo do ano de 2015 os passivos foram equacionados, empréstimos quitados, contratos com fornecedores locais e internacionais liquidados ou renegociados, ampliado o quadro de patrocinadores e foram implementados com sucesso novos instrumentos de captação de recursos. O edifício Anexo MASP é um ativo importante do museu que além do seu elevado valor imobiliário, é fundamental para a expansão de suas atividades.

Nesse sentido, o acordo firmado com a VIVO e relativo ao Anexo MASP, foi sem dúvida a mais expressiva conquista do ano, consolidando a incorporação do edifício ao ativo do museu que possibilitará a sua futura expansão e elevação do potencial de receitas do museu.

No aprimoramento do modelo de governança, foram criadas quatro diretorias executivas, as quais iniciaram no final de 2014 e aprofundaram em 2015 a reformulação completa da filosofia de trabalho, realizando uma ampla renovação na equipe e contratação de novos colaboradores, reforçando e ampliando as equipes de trabalho. O MASP encerrou o ano com um total de 127 colaboradores e dez estagiários.

Na área da tecnologia da informação o museu realizou importante atualização tecnológica ao longo do ano. Grande parte dos computadores desktop foram substituídos por laptops, aumentando a performance nos processos e proporcionando maior mobilidade aos colaboradores do museu. Também foi implantado um novo sistema de PABX, digital com discagem direta a ramal.

Merece especial destaque a implantação do sistema de gestão integrada ERP Protheus, da Totvs, contando com onze módulos. Com o Protheus, está prevista a melhor integração nos processos administrativos, a simplificação nos processos sistêmicos, facilidade e autonomia de atualizações do sistema e maior portabilidade sistêmica. Adicionalmente as equipes envolvidas na implantação tiveram como principal desafio adaptar o museu ao processo padrão do sistema, sem qualquer customização. O sistema entrou em operação antecipada em dezembro de 2015.

Em vários equipamentos foram realizadas manutenções preventivas e investimentos como, por exemplo, no sistema de climatização, bastante defasado e com manutenção deficiente. Também ocorreram significativos investimentos no segundo andar do edifício para instalação dos cavaletes de vidro para exibição da Coleção MASP.

Além do desafio de trazer para a Entidade conceitos modernos de segurança e tecnologias avançadas, em 2015 foram realizados investimentos no sistema de monitoramento digital, com implantação de novas câmeras fixas e móveis e software analítico que permite à Central de Segurança visualização completa do interior do edifício e nas suas proximidades externas. Importante ainda destacar a readequação do número de vigilantes terceirizados que redundou em expressiva economia.

A reconquista da devida projeção do museu foi certamente determinante na mobilização de todos os recursos em 2015. O maior dinamismo demonstrado pela realização de onze exposições de inegável qualidade, construídas exclusivamente com a Coleção MASP, mais a ampliação da oferta de seminários, cursos e palestras, aliada à maior presença na mídia impressa, eletrônica e nas mídias sociais, conseguiram trazer ao MASP cerca de 315.000 visitantes, com crescimento de 8,25% em relação ao ano anterior. Desse total, 158.722 visitantes, ou seja, aproximadamente 50% do total teve entrada gratuita.

O MASP trouxe de volta os icônicos cavaletes, expografia de concreto e cristal que Lina Bo Bardi projetou para o museu em 1968, ação mais comentada e bem avaliada do ano de 2015 nos meios especializados, na grande imprensa e nas mídias sociais, consolidando o retorno do público ao museu e conquistando seguidos recordes de visitação desde a sua abertura em 12 de dezembro.

O valor do ingresso foi reajustado no dia 2 de janeiro, passando de R\$ 15,00 para R\$ 25,00. Não era realizado um reajuste desde 2006, e o novo valor foi calculado conforme a inflação acumulada desde então.

A loja do museu foi completamente reestruturada em 2015. Em março ocorreu sua mudança para um novo espaço no mezanino e foi desenvolvida uma coleção âncora de itens com a marca do museu.

O valor do aluguel do restaurante foi renegociado em 2015 e, substituindo uma operação irregular, que não remunerava o museu pelo uso do seu espaço, foi aberto processo de concorrência entre diversas cafeterias paulistanas, sendo o Café Suplicy o escolhido para explorar a cafeteria do MASP. A cessão de espaços como os auditórios e outros para eventos ganhou grande impulso.

Junho foi um mês especial, graças à realização da primeira festa beneficente do museu que além de reprojeta-lo na cena paulistana conseguiu arrecadar expressiva soma de recursos.

Estamos confiantes de que esta mobilização de revitalização irá consolidar a posição do MASP como uma das mais importantes instituições culturais privadas do país e assegurar sua sustentabilidade ao longo do tempo, reafirmando seu espírito público com a arte e a cultura do Brasil e do mundo.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1-2
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho Deliberativo e Diretoria do
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP ("Museu"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado (superávit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa (método indireto) para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Museu é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Museu para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Museu. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, o Museu não adota a prática de contabilizar as obras de arte integrantes do seu acervo, as quais são recebidas em doação, pelo seu valor justo de mercado, como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As referidas obras de arte integrantes do seu acervo estão, em sua grande maioria, registradas em 31 de dezembro de 2015 pelo valor simbólico equivalente a R\$1,00 (um real) cada, fazendo com que o acervo de obras de arte e o patrimônio líquido estejam registrados a menor. Como consequência, não foi praticável satisfazer-nos quanto à adequação dos saldos do acervo de obras de arte, apresentado no ativo não circulante e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015, bem como sobre eventuais efeitos no superávit do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório com ressalva referente ao mesmo assunto mencionado no parágrafo base para opinião com ressalva, datado de 30 de março de 2015.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2015, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2014. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Museu referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações financeiras de 2014, tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de março de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº1 RJ 076328/O-2

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (reapresentado)
Receitas operacionais			
Projetos Incentivados		12.392.196	9.670.785
Subvenção para custeio		1.751.167	1.508.129
Doações		10.136.575	14.654.661
Bilheteria		2.761.373	1.877.542
Gratuidade de Bilheteria		2.180.753	1.339.464
Cessão de uso e eventos		1.367.775	515.113
Apoio cultural		572.477	136.175
Venda de Produtos		733.529	395.526
Venda de Serviços		269.904	144.053
Receitas Patrocínio Telefonica-Vivo		677.050	-
Estorno de Provisão - Receita Diferida MASP	16	5.377.745	-
Diversas		257.760	312.873
Receitas operacionais	18	<u>38.478.304</u>	<u>30.554.321</u>
Despesas operacionais			
Custos e despesas com projetos	14	(12.392.196)	(9.670.785)
Subvenção	19	(1.751.167)	(1.508.129)
Gerais e administrativas	20	(7.460.472)	(2.596.278)
Pessoal e encargos	21	(5.258.345)	(9.051.532)
Gratuidade de Bilheteria		(2.180.753)	(1.339.464)
Outras despesas e receitas operacionais		-	-
		<u>(29.042.933)</u>	<u>(24.166.188)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>9.435.371</u>	<u>6.388.133</u>
Despesas financeiras	22	(1.894.788)	(6.637.801)
Receitas financeiras	22	<u>2.414.064</u>	<u>254.024</u>
Resultado financeiro líquido		<u>519.276</u>	<u>(6.383.777)</u>
Superávit/ (déficit) do exercício		<u>9.954.646</u>	<u>4.355</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/12/2015	31/12/2014 (reapresentado)
Superávit/(déficit) do exercício	<u>9.954.646</u>	<u>4.355</u>
Resultado abrangente total	<u><u>9.954.646</u></u>	<u><u>4.355</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	Avaliação atribuída ao acervo	Fundo social	Déficits Acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2014 (reapresentado)		170.037	10.125.422	(19.888.981)	(9.593.522)
Doações para investimentos	8	346.035	-	-	346.035
Superávit do exercício		-	-	4.355	4.355
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)		516.072	10.125.422	(19.884.626)	(9.243.132)
Doações para investimentos	8	23	-	-	23
Superávit do exercício		-	-	9.954.646	9.954.646
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>516.095</u>	<u>10.125.422</u>	<u>(9.929.979)</u>	<u>711.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit/(déficit) do exercício		9.954.646	4.355
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	19	130.172	90.523
Reavaliação a valor justo		90.227	90.227
Estorno de Provisão - Receita Diferida MASP	16	(5.377.745)	-
Apropriação de patrocínio acordo Vivo	16	(680.656)	-
Baixa de imobilizado		57.167	216
Provisão para contingência	15	2.060.185	241.684
		<u>6.233.996</u>	<u>427.005</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/ redução nos ativos em			
Estoques		(229.931)	182.892
Outras contas a receber		(440.382)	(54.002)
Patrocínio de terceiros a receber		2.193.343	(373.982)
Adiantamento de parcelamento		(1.005.265)	(580.895)
Depósitos judiciais		(23.431)	(10.364)
Aumento/(redução) nos passivos em			
Fornecedores		(123.825)	(615.517)
Obrigações trabalhistas		(728.805)	80.545
Projetos a executar, líquido de recursos vinculados a projetos		(1.711.832)	(691.624)
Contribuições e impostos correntes		(232.267)	(1.517.791)
Impostos parcelados		(1.187.915)	12.642.062
Doações de bens e direitos a apropriar		326.366	58.305
Outras contas a pagar		78.522	(67.802)
		<u>3.148.573</u>	<u>9.478.832</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recursos recebidos para aquisição de obras de arte	8	23	346.035
Aquisição de obras para o acervo	8	(23)	(346.035)
Aquisição de ativo imobilizado	9	(598.896)	(452.469)
Aquisição de ativo imobilizado em andamento	9	(112.747)	(36.999)
Aquisição de ativo intangível		(71.747)	26.503
		<u>(783.390)</u>	<u>(462.965)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos		-	-
Pagamento de empréstimos		-	(2.536.153)
		<u>-</u>	<u>(2.536.153)</u>
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento			
		<u>2.365.183</u>	<u>6.479.714</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.842.402	362.688
No fim do exercício		9.207.585	6.842.402
		<u>2.365.183</u>	<u>6.479.714</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

O Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP é uma entidade privada com fins não econômicos, que abriga, conserva e valoriza o mais importante acervo de arte ocidental de todo o hemisfério sul. Este acervo, composto de mais de 8.000 obras clássicas e modernas, de reconhecida qualidade e inestimável valor, representa as principais correntes da arte universal, entre elas pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, fotografias, tapeçarias, vestuário, e outras importantes coleções, foi considerado pela UNESCO como patrimônio da humanidade e parcialmente tombado em 1969, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN, o que evidencia sua importância como um dos principais museus de arte do mundo.

Aberto ao público no dia 2 de outubro de 1947, ao longo destes 68 anos de existência, vem funcionando ininterruptamente. Desde 1968, localiza-se na Avenida Paulista em seu edifício que é um dos ícones de São Paulo, sendo um dos destinos turísticos mais importantes na cidade.

O MASP tem como objetivos incentivar, divulgar e amparar, por todos os meios ao seu alcance, as artes de um modo geral e, em especial, as artes visuais, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento cultural do povo brasileiro e realiza importantes atividades no campo educativo e de fomento a cultura, tendo sido declarado de utilidade pública nas esferas federal, estadual e municipal.

Para cumprimento de seus objetivos sociais o MASP deve realizar as seguintes atividades dentre outras: a. Manter pinacoteca, biblioteca, fototeca, filmoteca, videoteca, discoteca; b. Prestar serviços educativos, especialmente, no que se refere à arte e à cultura, tais como visitas guiadas, palestras, promoção de cursos, treinamentos teóricos e práticos, dentre outros, que inclusive permitam ao público em geral um melhor conhecimento do acervo do MASP; c. Instituir bolsas de estudo; d. Promover exposições de trabalhos de artistas nacionais e estrangeiros; e. Promover conferências, congressos e visitas de personalidades de renome no campo das artes; f. Patrocinar trabalhos de pesquisa científica relacionados com o objetivo social; g. Promover exposições de filmes e concertos musicais de interesse artístico e cultural; h. Manter intercâmbio com organizações congêneres do país e do estrangeiro; i. Publicar boletins, revistas, catálogos e livros; j. Manter páginas de Internet (websites), "stands" ou estabelecimentos afins, internos ou externos, para a distribuição, a título gratuito ou oneroso, de material artístico, reproduções, gravuras, esculturas e outros materiais de cunho cultural, com a finalidade de divulgação e promoção das diversas atividades do MASP, bem como para arrecadação de fundos; k. Explorar café, bar e restaurante em suas dependências, bem como a venda de produtos, livros e afins em sua loja destinando todo o produto arrecadado para a consecução de seus objetivos sociais.

O edifício do MASP é de propriedade da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, que o cedeu ao museu de forma gratuita, pelo prazo de 40 anos, de conformidade com a Lei Municipal 15.685/13, por meio de Escritura Pública de Concessão Administrativa de Uso, lavrada em 18 de agosto de 2015.

O MASP oferece durante todo o ano uma variada programação para seus visitantes, com a exposição de longa duração do seu acervo e exposições temporárias de sua própria coleção e também de coleções provenientes de outras instituições culturais, promove visitas orientadas aos espaços expositivos para o visitante em geral e para grupos. Os dois auditórios existentes em seu edifício recebem diversificada programação de música clássica, espetáculos teatrais, palestras e debates. A Escola do MASP oferece cursos livres das mais variadas manifestações artísticas. Sua Biblioteca possui aproximadamente 87 mil volumes, entre livros e revistas especializadas, dos quais 23 mil catalogados e disponibilizados on-line/internet sendo, portanto, o mais importante conjunto brasileiro na área de história da arte internacional. Desde a sua fundação, o MASP tem como premissa o seu caráter educacional.

O fundo social é constituído de doações já efetuadas e das contribuições, subvenções e dos auxílios concedidos pelos poderes públicos, por particulares, e das receitas provenientes de cobrança de ingressos, de projetos e manifestações artísticas sob o patrocínio de terceiros, da venda de livros, catálogos e publicações em geral, da prestação de serviços de restauro e, ainda, das receitas decorrentes da distribuição de materiais artísticos ou culturais, exploração da loja e derivados de cessão de uso do restaurante, café e de aplicações financeiras ou valores mobiliários.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, o MASP apurou no exercício de 2015 superávit no montante de R\$ 9.954.646 e apresentou em 31 de dezembro de 2015 déficits acumulados no montante de R\$ 9.929.979, bem como patrimônio líquido positivo de R\$ 711.538. Ressalta-se que, em função da Entidade não adotar como prática registrar as doações de obra de arte ao valor justo, sendo atribuído o valor simbólico de R\$ 1,00, seu patrimônio líquido fica fortemente prejudicado nessa avaliação e seria amplamente positivo se as obras recebidas em doação tivessem sido contabilizadas pelo seu valor justo.

2 Base de Preparação

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real eliminados os centavos, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 4.c - provisão para ajuste a valor de realização de estoques;
- 4.e - vida útil do ativo imobilizado;
- 15 - provisão para contingências.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2014

O MASP está reapresentando valores correspondentes ao balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração da mutação do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e demonstração do fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme determina o CPC 23, para a correção de erro no reconhecimento de adiantamento de fornecedores, imobilizado em andamento, imobilizado, fornecedores, reavaliação a valor justo de imobilizado em andamento e despesas com depreciação de imobilizado, identificados após análise de contratos de fornecedores em aberto.

Os quadros abaixo demonstram as alterações realizadas:

Balanço Patrimonial de 31 de Dezembro de 2014			
Efeito no Balanço Patrimonial	Balanço em 31/12/2014	Efeito do Ajuste	Balanço em 31/12/2014 (reapresentado)
Ativo – Não Circulante			
Imobilizado em Andamento	746.997	(53.228)	693.769
Imobilizado	30.694.431	(31.140)	30.663.291
Passivo – Circulante			
Fornecedores	(2.537.445)	(41.826)	(2.579.271)
Efeitos no Patrimônio Líquido			
Déficit Acumulado	19.758.432	126.194	19.884.626

DRE de 31 de Dezembro de 2014			
Efeitos na DRE	DRE em 31/12/2014 (anterior)	Efeito do Ajuste	DRE em 31/12/2014 (reapresentado)
Patrimônio Líquido			
Déficit do Exercício	130.549	(126.194)	4.355
Despesas Operacionais			
Gerais e Administrativas	(2.474.911)	(121.367)	(2.596.278)
Despesas Financeiras			
Despesas Financeiras	(6.595.975)	(41.826)	(6.637.801)
Receitas Financeiras			
Receitas Financeiras	217.025	36.999	254.024

Balanço Patrimonial de 1 de Janeiro de 2014			
Efeito no Balanço Patrimonial	Balanço em 1/1/2014	Efeito do Ajuste	Balanço em 1/1/2014 (reapresentado)
Ativo – Circulante			
Outras contas a receber	300.254	(168.750)	131.504
Ativo – Não Circulante			
Imobilizado em Andamento	-	746.997	746.997
Imobilizado	30.064.553	237.008	30.301.561
Passivo – Circulante			
Fornecedores	(3.239.127)	(1.106.520)	(4.345.647)
Efeitos no Patrimônio Líquido			
Déficit Acumulado	19.597.724	(291.265)	(19.888.989)

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para o Real à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é designado e avaliado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo e reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas ou canceladas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações trabalhistas e tributárias, e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Estoques

Os estoques estão relacionados, aos livros e catálogos recebidos em doação ou adquiridos no mercado com recursos próprios, livros e catálogos recebidos em consignação e outros produtos de revenda. Esses materiais são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. Os valores de estoques contabilizados, líquidos da provisão para ajuste a valor de realização, não excedem os valores de mercado.

d. Acervo de obras

Referem-se às obras de arte integrantes do acervo da Entidade que estão apresentadas pelo valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto dez obras que foram registradas a valor justo, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

e. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método da linha reta sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Microcomputadores e periféricos	5 anos
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos
Outros	10 anos

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. *Ativos Intangíveis*

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização.

g. *Redução ao valor recuperável*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o MASP registrava redução ao valor recuperável referente à rubrica de estoques, no montante de R\$ 248.910 e R\$ 605.907, respectivamente, e também em relação ao imobilizado em andamento, sendo R\$ 322.040 em 2014 e R\$ 412.267 em 2015.

h. *Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

i. *Doações, patrocínios e subvenções*

As doações e patrocínios incentivados e as subvenções recebidas pela Entidade, quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, são reconhecidas como passivo e apropriadas ao resultado a medida que transcorra a efetivação dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento.

As doações para custeio são reconhecidas como receita no resultado do exercício quando efetivamente recebidas em função da Entidade não conseguir estimar, com razoável precisão, as datas e os valores que tais doações serão efetivamente recebidas.

j. *Receita diferida – Anexo MASP (passivo não circulante)*

Os recursos financeiros recebidos a título de doação, com restrição de uso imposto pelos doadores, que foram aplicados na aquisição e reforma do edifício denominado Anexo MASP são registrados no ativo imobilizado em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante, e serão apropriados ao resultado do período no mesmo prazo e na mesma proporção das despesas de depreciação dos bens construídos com os recursos das doações, ou quando se extinguir a restrição. Devido ao acordo em relação ao prédio Anexo, realizado em 2015, está conta foi revertido ao resultado.

k. *Obrigações e Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são mensurados pelo valor histórico e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receita de serviços e vendas

As receitas incluem, principalmente, receita com bilheteria, subvenções governamentais, cessão de uso e eventos, apoios culturais, venda de livros e catálogos, taxas de empréstimos de obra de arte, entre outras. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados ou que os produtos são vendidos, respeitando o princípio da competência.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras próprias, descontos obtidos e variação monetária. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre impostos e multa e juros de obrigações liquidas pós vencimento.

n. Trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários, quando existentes, são mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Entidade não contabilizou as receitas e despesas com trabalhos voluntários por considerar que os valores seriam imateriais.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na nota explicativa nº 24. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa	10.586	13.633
Bancos no exterior	806.186	381.458
Bancos – conta corrente no país	16.430	471.165
Aplicações financeiras	<u>8.374.383</u>	<u>5.976.146</u>
Total	<u>9.207.585</u>	<u>6.842.402</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Projeto Plano Anual (a)	10.591.076	5.284.581
Outros Projetos	1.045	616.820
Total	<u>10.592.121</u>	<u>5.901.401</u>

Referem-se aos recursos já recebidos pela Entidade e que somente poderão ser empregados em projetos específicos, de acordo com as regras da Lei Rouanet (Lei nº 8313/91 e alterações) e com as respectivas Entidades patrocinadoras. Tais recursos estão substancialmente aplicados em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI e em títulos compromissados, com rentabilidade entre 96,5% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(a) A aprovação do projeto Plano Anual pelo Ministério da Cultura habilitou o MASP a receber patrocínios e doações nos termos da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet). O referido projeto consiste no custeio das despesas de manutenção dos objetivos estatutários do Museu.

8 Patrocínio de terceiros a receber

	2015	2014
Patrocínios de terceiros a receber	<u>3.609.295</u>	<u>5.802.638</u>

Refere-se a valores a receber de duas empresas privadas que estão apoiando o projeto de reforma do Anexo MASP. Os recursos estão baseados em contratos entre as partes e o saldo representa as parcelas finais a receber e estão condicionadas à evolução física da obra.

O valor da primeira parceria no montante de R\$ 2.000.000, corrigido pelo IGPM/FGV cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 3.029.295 (R\$ 2.740.345 em 2015) será recebido quando a obra atingir 90% de sua conclusão física.

A segunda parceria é de R\$ 5.800.000, dos quais R\$ 2.900.000 foram recebidos em 2011, R\$ 2.320.000 em 2012 e os R\$ 580.000 restantes após medição final.

A Administração acredita que apesar do atraso na conclusão das obras, os valores previstos para recebimento ocorrerão tão logo atingidas as metas contratuais. A contrapartida dos valores a receber está registrada na conta de projetos a executar no passivo circulante. Dessa forma, as atualizações financeiras efetuadas nos saldos ativos também ocorrem nos saldos passivos, com efeito zero no resultado do exercício. Além disso, caso não ocorram os recebimentos, a baixa desse ativo se dará em contrapartida ao passivo, ou seja, também sem impacto no resultado.

9 Acervo de obras

O acervo é constituído pelo conjunto de obras de arte do MASP, quase todas recebidas por doações e refletidas contabilmente por um valor simbólico de R\$ 1,00 cada, exceto por 10 obras, adquiridas em 2013 e 2014, lançadas pelo valor justo total de R\$ 508.000. Em 31 de dezembro de 2015 o acervo de obras representava R\$ 516.095 (R\$ 516.072 em 2014).

São mantidos registros de controle atualizados de todas as obras de arte do acervo, segundo normas estabelecidas pelo MASP, observando critérios adotados internacionalmente.

Por não ser prática entre as Entidades semelhantes, inclusive internacionalmente, a Administração também não adota a política de contratar cobertura de seguro para o acervo.

Em 31 de dezembro o acervo do MASP estava composto da seguinte forma:

Item	Quantidade de peças	
	2015	2014
Pintura – escultura	1.627	1.620
Gravuras	1.086	1.084
Desenhos	1.487	1.481
Coleção Design	21	21
Coleção Pirelli	1.147	1.147
Fotografias	207	199
Coleção Kitsch	2.126	2.126
Coleção Maiólica	246	246
Coleção Vestuário	158	158
Total	8.105	8.082

Os valores recebidos como doação para investimento, apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, foram integralmente aplicados no acervo de obras do Museu. Durante o ano de 2015 foram R\$ 23, correspondentes a 23 obras doadas. Já em 2014, foram R\$ 45 em obras doadas e mais 9 obras adquiridas a R\$ 346.000.

10 Imobilizado

Movimentação imobilizado em 2014

	2013			2014
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis e utensílios	133.831	1.828	(63)	135.596
Máquinas e equipamentos	716.313	29.375	(413)	745.275
Microcomputadores e periféricos	268.335	83.887	(17.168)	335.054
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.208.874	-	-	18.208.874
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	29.708.411	337.030	-	30.045.441
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	3.387.045	-	-	3.387.045
Imobilizado em andamento	978.810	36.999	-	1.015.809
Outros	11.460	349	-	11.809
Total do Imobilizado	53.413.079	489.468	(17.644)	53.884.903

	2013			2014
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(86.182)	(9.463)	63	(95.582)
Máquinas e equipamentos	(267.739)	(60.406)	413	(327.732)
Microcomputadores e periféricos	(187.739)	(19.688)	16.952	(190.475)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.204.003)	(966)	-	(18.204.969)
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	(3.387.045)	-	-	(3.387.045)
Reavaliação a valor justo	(231.813)	(90.227)	-	(322.040)
Total da Depreciação	(22.364.521)	(180.750)	17.428	(22.527.843)
Saldo líquido	31.048.558	308.718	(216)	31.357.060

Movimentação imobilizado em 2015

	2014			2015
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Móveis e utensílios	135.596	24.721	-	160.317
Máquinas e equipamentos	745.275	263.025	-	1.008.300
Microcomputadores e periféricos	335.054	176.486	(58.357)	453.183
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	18.208.874	-	-	18.208.874
Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510 (a)	30.045.441	130.609	-	30.176.050
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	3.387.045	-	(3.387.045)	-
Imobilizado em andamento	1.015.809	112.747	-	1.128.556
Outros	11.809	4.055	-	15.864
	<u>53.884.903</u>	<u>711.643</u>	<u>(3.445.402)</u>	<u>51.151.144</u>

	2014			2015
	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação
Móveis e utensílios	(95.582)	(10.980)	-	(106.562)
Máquinas e equipamentos	(327.732)	(72.663)	-	(400.395)
Microcomputadores e periféricos	(190.475)	(45.558)	1.190	(234.843)
Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	(18.204.969)	(971)	-	(18.205.940)
Benfeitoria e revitalização - Galeria Prestes Maia	(3.387.045)	-	3.387.045	-
Reavaliação a valor justo	(322.040)	(90.227)	-	(412.267)
	<u>(22.527.843)</u>	<u>(220.399)</u>	<u>3.388.235</u>	<u>(19.360.007)</u>
Saldo líquido	<u>31.357.060</u>	<u>491.244</u>	<u>(57.167)</u>	<u>31.791.137</u>

- (a) O item "Instalações e imóvel - Prédio da Av. Paulista, 1510" refere-se ao edifício que ainda está em reforma e, em função de não estar sendo utilizado, não vem sendo depreciado. A adição ocorrida no exercício foi por conta das benfeitorias que estão sendo efetuadas.

11 Fornecedores

	2015	2014
Passivo		
Fornecedores nacionais	<u>3.606.305</u>	<u>3.730.130</u>

Sendo classificados da seguinte maneira:

Circulante	3.130.604	2.579.271
Não circulante	<u>475.701</u>	<u>1.150.859</u>
Total	3.606.305	3.730.130

No último trimestre de 2014, a Entidade renegociou e parcelou as dívidas em aberto com seus principais fornecedores em aberto, com vencimentos até 2018. A composição dos fornecedores ao longo dos próximos 3 anos é a seguinte:

Fornecedores	2016	2017	2018	Total
Fornecedores nacionais	<u>3.130.604</u>	<u>402.939</u>	<u>72.762</u>	<u>3.606.305</u>

12 Obrigações trabalhistas

	2015	2014
INSS a recolher	166.297	1.002.048
Provisão para férias	616.229	441.017
Salários a pagar	452	136.853
FGTS a recolher	55.469	56.432
Provisão para encargos sociais sobre férias	66.487	48.963
IRRF a recolher	89.138	40.456
PIS sobre folha de pagamento a recolher	12.097	3.013
Rescisões a pagar	2.945	-
Outros	<u>45.962</u>	<u>55.099</u>
Total	<u>1.055.076</u>	<u>1.783.881</u>

13 Impostos parcelados

	2015	2014
Débitos Previdenciários (a)	6.333.174	5.765.709
Demais Débitos	<u>5.120.973</u>	<u>6.876.353</u>
Total contribuições e impostos parcelados	<u>11.454.147</u>	<u>12.642.062</u>

Sendo classificados da seguinte maneira:

Circulante	<u>709.077</u>	<u>842.804</u>
Não circulante	<u>10.745.070</u>	<u>11.799.258</u>

Em agosto de 2014 o MASP aderiu ao parcelamento federal previsto pela Lei 12.996/2014, com possibilidade de pagamento em até 180 vezes e redução de multas e juros.

Em 31/12/2014, o valor totalizava R\$ 12.642.062, incluindo as multas e juros previstas pela legislação, que serão deduzidas no balanço no momento em que a Receita Federal aprovar o pedido de parcelamento.

Até o presente momento, a Receita Federal consolidou o parcelamento referente aos Demais Débitos, e a economia de R\$ 1.547.730 resultante das reduções de multas e juros respectivas foi lançada no resultado deste exercício como receitas financeiras, conforme nota explicativa nº 22.

Os débitos previdenciários foram atualizados, passando de R\$ 5.765.709 em 31/12/2014 para R\$ 6.333.174 em 31/12/2015, sendo que já foram recolhidos R\$ 1.586.160 como adiantamento de parcelamento, cujo montante está lançado no ativo circulante e será abatido do passivo no momento da consolidação. Sendo assim, a dívida previdenciária líquida em 31/12/2015 é de R\$ 4.747.014. A previsão é que a Receita Federal libere em breve esta consolidação, gerando uma economia adicional de cerca de R\$ 1 milhão, resultante das reduções de multas e juros.

A segregação de curto e longo prazo obedeceu o prazo de parcelamento em 180 meses, restando em 31/12/2015 167 parcelas de R\$ 59.089,74, sendo 12 apresentadas no curto prazo e as demais no longo prazo. As prestações estão sendo corrigidas mensalmente pela Taxa SELIC.

(a) Histórico da dívida previdenciária

No ano 2.000 a Entidade foi autuada devido ao não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários, no período de janeiro de 1995 a novembro de 2000 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, em decorrência do não atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55, incisos I e II (obtenção ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), da Lei nº 8.212/91, regulamentado no artigo 206, incisos I e II, do Regulamento da Previdência Social.

Em 2001, a Entidade efetuou o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com o objetivo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS).

Em outubro de 2006, a Entidade apresentou impugnação às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito emitidas pelo Instituto Nacional da Previdência Social.

Em setembro de 2008, a Entidade obteve sentença favorável, em 1ª instância, aos embargos à execução fiscal.

Em outubro de 2009, a 21ª Vara Cível Federal de São Paulo concedeu de forma retroativa a imunidade tributária relativa ao recolhimento das contribuições sociais.

Em 2013 houve sentença favorável à Entidade relacionada às notificações fiscais de débitos lavradas no ano de 2000, julgando extinta aquela execução fiscal, remetendo os referidos autos para arquivamento.

Em 2010 a Receita Federal do Brasil, agência de Fiscalização em São Paulo, lavrou Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no montante de R\$ 4.192.810, relacionadas também com o não recolhimento da quota patronal incidente sobre a remuneração de funcionários e contribuições para terceiros, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2008 devido ao cancelamento da isenção de contribuições previdenciárias, sendo que os consultores jurídicos que estão acompanhando a defesa indicavam como possível as chances de perda na referida questão.

Em 29 de julho de 2014 a Entidade recebeu dois autos de infração, no montante de R\$ 5.332.309 relacionados à mesma questão, abrangendo o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012.

Com relação ao ano de 2009, até a presente data não houve autuação fiscal, sendo certo que a jurisprudência é amplamente favorável ao contribuinte, no sentido de que o prazo decadencial para a constituição do crédito tributário é de 05 (cinco) anos.

Em 4 abril de 2014, foi publicada uma jurisprudência no Supremo Tribunal Federal, enfatizando que somente farão jus ao benefício de imunidade, as entidades que preencherem cumulativamente os requisitos de que trata o Art.55 da lei 8.212/91 em sua redação original. A administração da Entidade tendo em vista os autos de infração recebidos, e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos chegou à conclusão que as chances de êxito são baixas e que seria aconselhável desistir da ação e partir para a adesão ao parcelamento visando a redução de multas e juros pela homologação do pedido.

Em 18 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996, que em seu artigo 2º reabriu o prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS até 25 de agosto de 2014, com parcelamentos em até 180 vezes e reduções das multas e juros.

O Masp entrou com o pedido de parcelamento dos saldos autuados em 2010, referente aos exercícios de 2005 a 2008 e os valores autuados em 2014 referente aos exercícios de 2010 a 2012, além dos saldos de 2013 do INSS Patronal não autuados. A partir do ano de 2014 o Masp passou a recolher o INSS Patronal regularmente.

14 Projetos a executar

	2015	2014
Projetos a executar	10.797.291	5.625.060
Patrocínios de terceiros	3.609.295	5.802.638
Total projetos a executar	14.406.586	11.427.698

Estão representados por valores recebidos e ainda não empenhados e mais os patrocínios a receber do Prédio Anexo (vide nota explicativa nº 08), decorrentes de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura e determinados pela Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Os recursos aplicados estão apresentados como receitas das atividades nas rubricas de receitas com projetos incentivados e receitas com plano anual, assim como os custos incorridos que estão apresentados em despesas das atividades nas rubricas de custos com projetos incentivados e custos com plano anual.

Os custos incorridos dos projetos mencionados totalizaram R\$ 12.392.196 em 2015 (R\$ 9.670.785 em 2014) podendo ser assim compostos:

	2015			2014		
	Plano Anual 2015	Outros	Total	Plano Anual 2014	Outros	Total
Produção e execução	11.524.039	113.377	11.637.416	8.404.346	492.604	8.896.950
Divulgação e comercialização	49.042	81.500	130.542	106.884	125.500	232.384
Custos administrativos	610.046	14.193	624.239	191.728	3.723	195.451
Aquisição de acervo	-	-	-	-	346.000	346.000
	12.183.127	209.070	12.392.196	8.702.958	967.827	9.670.785

15 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante de R\$ 2.301.869 no exercício de 2015, valor considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas (R\$ 241.684 em 2014).

Adicionalmente, existiam reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias no montante de R\$ 2.221.353 (R\$ 587.169 em 2014), que foram classificados pelos assessores jurídicos internos da Entidade como de risco de perda possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Entidade mantém o montante de R\$ 39.805 (R\$ 16.374 em 2014) referente aos depósitos judiciais de processos com probabilidade provável, possível ou remota.

(a) Contingências tributárias

As contingências tributárias têm origem na interpretação da Entidade de determinados tributos que estão sendo discutidos na esfera administrativa, conforme abaixo:

	2015		2014	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	-	-	-	-
Constituição/reversão	688.548	-	-	-
Saldos finais	688.548	-	-	-

(b) Provisões para processos trabalhistas

Ações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários do Masp pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As causas trabalhistas classificadas como prováveis foram provisionadas, conforme demonstrado:

	2015		2014	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	241.684	6.009	-	6.009
Constituição	358.706	33.796	241.684	-
Reversão por baixa	(198.600)	-	-	-
Saldos finais	401.790	39.805	241.684	6.009

(c) Provisão para processos cíveis

As discussões cíveis em curso, referente a divergência de valores em contratos firmados entre as partes são as seguintes:

	2015		2014	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Saldos iniciais	-	10.365	-	4.022
Constituição	1.211.531	-	-	6.343
Reversão por baixa	-	(10.365)	-	-
Saldos finais	1.211.531	-	-	10.365

16 Receita diferida – Anexo MASP

	2015	2014
Anexo MASP	-	<u>29.708.411</u>

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(j), os recursos que são aplicados na reforma do Anexo MASP são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação do ativo imobilizado. Tal procedimento é em decorrência da restrição de uso dos recursos recebidos, ou seja, somente poderão ser empregados na reforma do prédio. Consequentemente não se tratam de doações para custeio cujo reconhecimento seria diretamente no resultado do exercício, mas sim de doações para investimento cujo reconhecimento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil deve ser em receita diferida, no passivo. Ao longo de 2015, não foram recebidos recursos de patrocinadores para reforma do Anexo MASP.

No exercício de 2015, através de acordo realizado com a Telefonica-Vivo, R\$ 24.327.059 do valor da provisão foi realizado, sendo R\$ 14.000.000 a ser apropriado em receita de patrocínio no decorrer de 05 anos e outra parte, R\$ 10.327.059 em obrigações a pagar ao longo de 20 anos. Dessa forma, a provisão remanescente foi revertida ainda no exercício de 2015. Portanto, os saldos em 31 de dezembro de 2015 de patrocínios a realizar desta natureza era de R\$ 13.322.950 e o valor em obrigações a pagar era de R\$ 10.327.060

Saldo em 31 de dezembro de 2014	29.708.411
Acordo Telefonica-Vivo	(24.327.059)
Transferência de pagamentos efetuados por verba livre	(3.607)
Reversão da provisão após acordo	(5.377.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-

17 Patrimônio líquido

As receitas, decorrentes de doações patrimoniais, recebidas pela Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1. As receitas decorrentes de contribuições para custeio estão refletidas em contas de resultado.

Em caso de dissolução da Entidade, o seu patrimônio líquido (acervo) passará ao Governo do Estado de São Paulo, que o destinará à Pinacoteca do Estado de São Paulo ou, na sua falta, a instituições congêneres.

18 Receitas operacionais

As receitas decorrentes das principais atividades da Entidade, descritas na nota explicativa nº 1, cujos totais durante os exercícios de 2015 e de 2014 foram, respectivamente, R\$ 38.478.304 e R\$ 30.554.321, são compostas da seguinte maneira:

- Projetos Incentivados: receitas originadas de doações e patrocínios através da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91 e alterações) e Proac – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, cuja representação foi de 32% das receitas totais (32% em 2014);

- Doações: formada por doações de pessoas físicas e jurídicas sem a necessidade específica de contra-prestações, participando em 26% do total das receitas em 2015 (48% em 2014);

- Bilheterias e gratuidade: é formada pelo valor cobrado na aquisição de ingresso às exposições, e representa 7% (6% em 2014) das receitas operacionais do museu. Em dias e horários específicos, o acesso às exposições é gratuito, e o valor referente a essa gratuidade é registrado conforme normas contábeis, e atinge 6% das receitas totais em 2015 (4% em 2014);

- Subvenção para custeio: originada no convênio entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o MASP (Lei 8.221/75 e alterações), é uma verba anual recebida para custeio das operações do museu. O valor apropriado na receita equivale a 5% do total anual em 2015 (5% em 2014);

- Estorno de Provisão – Receita Diferida MASP: reversão da provisão referente aos prováveis passivos do Prédio Anexo. Este valor representou o equivalente a 14% do total das receitas de 2015;

- Demais receitas operacionais: o restante das receitas operacionais, composto por cessão de uso e eventos, apoio cultural, venda de produtos e serviços e as diversas representam os outros 10% das receitas totais de 2015, sendo 5% em 2014.

19 Despesas Operacionais - Subvenção

	2015	2014
Pessoal e encargos	(1.313.566)	(821.496)
Energia Elétrica	(169.706)	(318.050)
Seguro Saúde	(182.047)	(201.052)
Água e esgoto	(68.697)	(129.123)
Telefone	(6.070)	(12.617)
Outros	(11.082)	(25.791)
	<u>(1.751.167)</u>	<u>(1.508.129)</u>

20 Gerais e administrativas

	2015	2014
Despesas com utilidades públicas	(3.102.453)	(2.034.958)
Despesas gerais	(1.130.605)	(600.802)
Despesas com exposições	(1.478.620)	(395.794)
Despesas com Loja	(300.798)	(379.773)
Serviços prestados por terceiros	(1.770.196)	(377.387)
Despesas com segurança	(283.046)	(318.809)
Despesas com contingência	(2.060.185)	(241.684)
Despesas com depreciação/amortização/reavaliação	(239.023)	(209.001)
Despesas tributárias	(56.833)	(66.148)
Despesas com Escola	(132)	(6.331)
Outros	(71.334)	(161.926)
Recuperação de despesas gerais administrativas	<u>3.032.753</u>	<u>2.196.335</u>
Total	<u>(7.460.472)</u>	<u>(2.596.278)</u>

O museu utiliza o ressarcimento de custos e despesas relativos ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, que custeia despesas para manutenção dos objetivos estatutários do MASP. O montante de despesas gerais e administrativas ressarcidas em 2015 foi de R\$ 3.032.753 (R\$ 2.196.335 em 2014).

21 Pessoal e encargos

	2015	2014
INSS (i)	(1.591.022)	(6.612.284)
Salários	(5.234.656)	(2.964.675)
Assistência médica	(1.026.910)	(1.240.350)
Provisão de férias e 13º salário	(1.142.136)	(798.828)
FGTS	(732.610)	(643.354)
Horas extras	(69.480)	(73.932)
Indenizações	(29.324)	(67.406)
Vale refeição	(38.746)	(10.890)
Outras	(212.546)	(173.283)
Recuperação de salários e encargos (ii)	<u>4.819.084</u>	<u>3.533.470</u>
Total	<u>(5.258.345)</u>	<u>(9.051.532)</u>

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o MASP aderiu ao parcelamento de impostos, sendo declarados os débitos de INSS que estavam sendo discutidos pela Entidade e não provisionados, pois haviam sido julgados como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade. Portanto, em 2014, nesse reconhecimento R\$ 6.612.284 foi contabilizado no grupo de pessoal e encargos, especificamente na rubrica de INSS e mais R\$ 6.029.778 foi contabilizado no grupo de despesas financeiras, na rubrica de juros com quota patronal.

(ii) O valor apresentado a título de “Recuperação de salários e encargos” se refere a registros relativos ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e relativos à Subvenção PMSP, para custeio das despesas para manutenção dos objetivos estatutários do MASP.

22 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2015	2014
Despesas financeiras		
Despesas de tarifas bancárias	(28.034)	(319.738)
Variações monetárias passivas	(62.087)	(126.036)
Juros passivos	(327.739)	(71.437)
Atualização Refis	(1.306.981)	-
Juros cota patronal (nota explicativa nº 13)	-	(6.029.778)
Outras despesas financeiras	<u>(169.947)</u>	<u>(90.812)</u>
Total	(1.894.788)	(6.637.801)
	2015	2014
Receitas financeiras		
Receitas e rendimentos de aplicações financeiras	491.902	184.178
Variação monetária	260.079	20.030
Juros Ativos	112.747	36.999
Outras receitas financeiras	1.606	12.817
Descontos obtidos no Refis	<u>1.547.730</u>	<u>-</u>
	2.414.064	254.024
Resultado financeiro líquido	<u>519.276</u>	<u>(6.383.777)</u>

23 Partes relacionadas

A Entidade não efetuou nenhuma transação ou contratou partes relacionadas e a Diretoria Estatutária e os conselheiros da Entidade não são remunerados.

24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos dos respectivos valores de mercado.

Em função das características e da forma de operação, bem como, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Entidade está sujeita aos fatores de:

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de patrocínios.

Exposição a riscos de créditos

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras era:

	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.207.585	6.842.402
Recursos vinculados a projetos	7	10.592.121	5.901.401
Patrocínios de terceiros a receber	8	3.609.295	5.802.638
Outras contas a receber		625.888	185.506
Total		24.034.889	18.731.947

Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos– A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais, consideradas de baixo risco.

Patrocínio de terceiros a receber – As estratégias de mitigação de riscos são baseadas nos contratos estabelecidos com as contrapartes e, principalmente, no fato da Entidade já ter recebido dessas contrapartes parcela substancial de recursos sendo o saldo ainda em aberto significativamente menor que o valor do total contratado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresenta em 31 de dezembro de 2015 um ativo circulante de R\$ 24.325.559 frente a um passivo circulante na mesma data base de R\$ 23.239.187, o que representava uma liquidez positiva de R\$ 1.086.372 e em 2014 a liquidez era positiva de R\$ 1.242.826.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa. Nas taxas de câmbio o risco também é mitigado uma vez que a Entidade possui pequena parcela de caixa em moeda estrangeira.

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Nota	31/12/2015		31/12/2014			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativos mensurados pelo valor justo						
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado						
	Caixa e equivalentes de caixa	6	9.207.585	9.207.585	6.842.402	6.842.402
	Recursos vinculados a projetos	7	10.592.121	10.592.121	5.901.401	5.901.401
			<u>19.799.706</u>	<u>19.799.706</u>	<u>12.743.803</u>	<u>12.743.803</u>
Ativos mensurados pelo custo amortizado						
	Outras contas a receber		<u>625.888</u>	<u>625.888</u>	<u>185.506</u>	<u>185.506</u>
			<u>625.888</u>	<u>625.888</u>	<u>185.506</u>	<u>185.506</u>
Passivos mensurados pelo custo amortizado						
	Fornecedores		3.606.305	3.606.305	3.730.130	3.730.130
	Obrigações trabalhistas		1.055.076	1.055.076	1.783.881	1.783.881
	Contribuições e impostos correntes e parcelados		11.546.163	11.546.163	12.966.345	12.966.345
	Projetos a executar	14	14.406.586	14.406.586	11.427.698	11.427.698
	Outras contas a pagar		10.997.503	10.997.503	591.922	591.922
			<u>41.611.633</u>	<u>41.611.633</u>	<u>29.351.630</u>	<u>29.351.630</u>

* * *

Heitor Sant'anna Martins
Diretor Presidente

Miguel Wady Chaia
Diretor Vice-Presidente

Alberto Fernandes
Diretor

Alexandre Bertoldi
Diretor

Jackson Medeiros de Farias Schneider
Diretor

Nilo Marcos Mingroni Cecco
Diretor

Rogério Cossaro
Contador – CRC SP 246059/O-9